

Senhor Presidente da República,  
Senhor Presidente da Assembleia da República,  
Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça,  
Senhores Conselheiros da Revolução,  
Senhores Ministros,  
Senhora Secretária de Estado,  
Senhoras e Senhores:

Acaba o V Governo de tomar posse. Posse das funções, responsabilidades e competências que a Constituição lhe atribui e confere. Posse também do crédito de confiança que o Senhor Presidente da República, neste momento, lhe concede.

Do uso que, nos termos institucionais, será feito dessa posse, responderão os actos deste Governo.

Pela confiança que nele é depositada, responde desde já o Governo, afirmando lealmente perante Vossa Excelência, Senhor Presidente, a clareza das suas motivações, a decisão dos seus propósitos, a convicção do seu empenhamento.

O que nos move, afinal? Por que aceitamos fazer parte desta «marcha de 100 dias»? Por que estamos aqui, sabido, como é, que, nas nossas vidas de intenso trabalho, o Verão nos convidaria ao descanso renovador e a uma comunhão mais próxima com as serranias e os areais, os vales e as colinas que são a raiz telúrica deste povo tão diverso?

Por que estamos aqui? Poderíamos dizer o serviço, o sacrifício, a missão. E diríamos a verdade. Mas preferimos dizer o **risco** e o gosto de o enfrentar, porque difícil é a tarefa e árduos são os caminhos. Preferimos dizer a **solidariedade** e o desejo de viver até ao fim, porque saibrosa é a terra que cultivamos e dura a labuta quotidiana. Preferimos dizer a **lucidez** e a procura de uma verdade cada vez mais limpa, porque emaranhados são os problemas e contraditórias as soluções.

Que Governo somos? Como nos podemos então definir?

Deu-nos o Presidente da República a bússola que guiará a nossa marcha. Quis-nos **isentos** em relação às forças políticas. Exigiu de nós a **independência** que se demarca dos «afrontamentos e conflitos».

Ao desafio lançado responderemos sem equívocos.

A **isenção** é inteira, porque de nós depende. Não fecharemos os ouvidos a quem disser que os tempos são duros, que a vida está cara, que sobre o povo cai uma pesada carga. Ouviremos o protesto donde quer que venha. E no coro das aspirações dissonantes e, por vezes, antagónicas, prestaremos atenção ao silêncio dos que na sociedade permanecem sem voz. Se alguém privilegiarmos, que sejam os discriminados, os mais desfavorecidos, outra coisa nos não pode pedir a justiça. E dessa preferência não recearemos dar conta.

Se em alguma circunstância formos «motivo de afrontamento e conflitos», não partirá de nós a polémica nem a escaramuça. Temos outras batalhas a vencer, longe que estamos dos torneios medievais.

A **luta** que travamos é contra o **tempo** — «empurrá-lo», como diz o poeta, «ao encontro das cidades futuras». Para que se desenhem caminhos novos. Para que se não percorram desnecessariamente as vias do desencanto alheio.

O **lugar** onde travamos a luta é aqui e longe. São os nossos problemas reais, concretos, do povo que somos. Mas são, também, os problemas do mundo de



hoje. Porque todo o problema é hoje universal e planetário.

Procurar, aqui, caminhos de solução é a um tempo tentar responder a necessidades básicas bem determinadas, a fim de sermos nós mesmos numa vida mudada, e aceitar compartilhar o destino da humanidade inteira. Mas por ser vasto e rasgado o nosso horizonte, nem por isso será menos exigente e realista a nossa prática.

Sabemo-nos Governo deste país.

Não abdicamos da tarefa que nos cabe, mas tão pouco a pomos acima ou para além das tarefas que cabem hoje a todos os portugueses. Camponeses, empresários, operários, intelectuais, comerciantes, funcionários, mulheres que vivem a multiplicidade das tarefas do quotidiano, jovens que não iludem um hoje exigente, com um futuro adiado — todos são nossos companheiros de marcha, ao mesmo ritmo e com um mesmo fim. Com todos nos sentimos responsáveis. E, nessa co-responsabilidade, ganha mais força a autoridade que nos permitirá «conduzir a política geral do País».

Para tal nos dizemos e queremos um Governo coeso, colegial, assente no diálogo, na concertação, no consenso.

Não receamos divergências de opiniões, certos como estamos de que aí encontraremos o agulhão constante para a imaginação criadora. Não nos detemos, atavicamente, nos antagonismos estéreis. Eles só podem ser ultrapassados por soluções novas. Buscamos perspectivas que sem renegarem os contributos ideológicos adquiridos libertem os problemas e a sociedade da sua carga excessiva. Para elas queremos fazer convergir os nossos esforços.

Não é este o lugar nem esta a hora para definir as linhas de acção deste Governo. As ideias concretas relativas a objectivos, temas e actividades serão desenvolvidas aquando da apresentação do programa do V Governo à Assembleia da República. Mas aqui ficam já traçadas, em filigrana, as linhas condutoras da nossa actuação.

Este Governo que finalidades tem? Que grandes causas o norteiam? Que valores o guiaram no rigor técnico e ético a que, voluntariamente, se submete?

Cabe-nos — e uso as palavras do Senhor Presidente da República — «assumir sem hesitação o futuro imediato».

Ora esse futuro é a mobilização das consciências e das vontades para a realização das eleições intercalares. Vemos este projecto não apenas como um acto eleitoral em si mesmo, já carregado de profundo significado cívico, mas como uma ocasião para afinar e consolidar o querer comum do povo português.

Temos, como convicção segura, a confiança no povo, nas forças sociais e políticas que o representam, nas instituições democráticas, no Senhor Presidente da República.

Tempos difíceis serão estes. Mas que nos não roa o cepticismo, a desconfiança, o desânimo.

Coube-nos uma terra austera, que em nós tece sua grandeza e por nós se aventura pelo mundo dentro.

Somos uma terra batida por ventos agrestes e contrários — que em nós enrijecem o ânimo e nos empurram ao encontro da História. Não nos tenta sonhar outra terra nem desistir de acreditar na fecundidade possível dos sulcos abertos pelo nosso labor de cada dia.

Com o poeta, podemos dizer que, para nós:

•A grande aventura  
Não é rasgar os pés  
E chegar morto ao fim:  
É nunca, por nenhuma razão,  
Descer do chão  
Duro e ruim!»

Por isso, Senhor Presidente da República, é na esperança que encetamos esta «marcha de 100 dias».

